

CNJ dá parecer favorável à proposta orçamentária do Judiciário para 2019



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu parecer favorável à proposta orçamentária para 2019 dos órgãos do Poder Judiciário integrantes do Orçamento Geral da União. O documento prevê um crescimento de 4,82% em relação ao orçamento de 2018, para atingir um total de R\$ 49,9 bilhões. A decisão foi tomada pelo Conselho na 50ª Sessão Extraordinária, em 11/9, última reunião sob a presidência da ministra Cármen Lúcia.

O artigo 99 da Constituição Federal assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, cabendo aos Tribunais a elaboração de suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Cabe ao CNJ oferecer um parecer sobre as propostas, documento este que deverá ser encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional até o último

dia 28 de setembro, com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

O montante da proposta foi atingido graças ao incremento de R\$ 2,9 bilhões, por compensação pelo Poder Executivo com igual redução nas suas despesas. Essa possibilidade foi autorizada pela Emenda Constitucional 95/2016 para os três primeiros anos de vigência do Novo Regime Fiscal (2017, 2018 e 2019). A partir do exercício de 2020, o Judiciário contará apenas com o limite calculado na forma dessa emenda, ou seja, as des-

pesas pagas em 2016 corrigidas pela variação do IPCA.

O parecer do CNJ destaca que as despesas obrigatórias tiveram aumento significativo pelo impacto da parcela do reajuste aprovado para os servidores pela Lei 13.317/2016, a ser implementada em 2019. Os gastos com pessoal e encargos sociais representam 77,8% dos custos do orçamento do Poder Judiciário. A Justiça do Trabalho é o órgão com a maior participação no orçamento do Judiciário: 44,4%.

As dotações orçamentárias propostas contemplam recursos para as despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios de pessoal, manutenção das atividades e investimentos necessários ao desenvolvimento de ações que visam à melhoria e à expansão dos serviços prestados pelo Poder Judiciário.

O parecer conclui que foram observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional (EC) 95/2016, os parâmetros fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 e o limite para as despesas com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e que as dotações propostas são compatíveis com as atribuições dos órgãos. (Fonte: CNJ)

 APRESENTA:

SEMINÁRIO "REFLEXOS DA LINDB NAS DECISÕES JUDICIAIS"

PALESTRANTES:

Luís Salomão Viana

JUIZ FEDERAL E PROFESSOR



Fredie Didier Jr.

ADVOGADO E PROFESSOR



PÚBLICO-ALVO:

MAGISTRADOS E SERVIDORES DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA

21 DE SETEMBRO DE 2018, ÀS 9H NO AUDITÓRIO MINISTRO DIAS TRINDADE

Serão emitidos certificados com carga horária de 4 horas, que podem ser utilizados para fins de Adicional de Qualificação.

APOIO:

Direção do Foro da Seção Judiciária da Bahia
Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF) - Seção Bahia

Aniversariantes

Hoje: Ana Paula de Mello Borba (22ª Vara), Paulo Emilio Oliveira Coutinho (21ª Vara), Rosane Maria Carvalho da Silva (NUCJU), Paulo Augusto Rocha de Lima (Campo Formoso), João de Matos Pereira de Souza Neto (NU-TEC), Eivan Sales de Souza (Barreiras), Bruna Costa Mota (3ª Vara) e Roselia Aguiar Fagundes Souza (Teixeira de Freitas). **Amanhã:** Shirley Rogéria Costa da Silva (Ilhéus).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Estagiária de Jornalismo:** Carolina Sales Barreto. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

JFH HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



18/09/08 - Projeto Biblioteca Cidadã entrega certificados

Quando as servidoras da Biblioteca Luzineide Oliveira e Márcia Reis idealizaram o Projeto Biblioteca Cidadã, tinham em mente oferecer aos nossos terceirizados algo que durasse para sempre. Algo que não se perdesse pelo caminho, nem fosse roubado. Que não se estragasse com o tempo, mas também com conteúdo que não fosse só intelectual, que os impulsionasse para a prática de valores aprendidos nas oficinas que se realizam semanalmente na SEBIB.

Dos conteúdos estudados, alguns frutos já são conhecidos por nós, de maneira especial através das alunas Augustinha e Rosemary, ex-alunas do Biblioteca Cidadã - Turma I, que, orientadas pela equipe do projeto, souberam aplicar direitinho os conceitos de solidariedade e cidadania para tornar realidade a alfabetização de sua colega de trabalho, Edileusa.

Os alunos da II Turma do Biblioteca Cidadã recebeu na última sexta-feira, 12/09, seus certificados de participação das oficinas. Foi uma turma realmente especial, como disse Márcia Reis: "Tivemos o privilégio de ensinar, mas também de aprender com eles e pudemos compreender claramente que, quando se tem boa vontade, pode-se fazer do impossível o possível, porque, juntos, conseguimos alfabetizar uma pessoa em apenas 20 horas. A alfabetizanda não tinha dificuldade de aprendizagem, era apenas questão de oportunizar um atendimento adequado, acolhedor, personalizado. Uma educação como ato de amor concreto. Dignidade humana na prática. Solidariedade viva".

Ao perceberem o crescimento de cada um deles a cada atividade aplicada, os servidores envolvidos no projeto relatavam algo como um prêmio pessoal para eles mesmos, prêmio que não há como comparar. (...)